

Defensoria Pública, em conjunto com o Estado e instituições de Justiça, abre consulta popular para definir investimentos prioritários em Brumadinho e outros 25 municípios

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou, nesta segunda-feira (18/10), do lançamento do processo de Consulta Popular para a reparação socioeconômica em Brumadinho e nos outros 25 municípios atingidos pelo rompimento das barragens da Vale S.A., ocorrido em janeiro de 2019.

A Instituição foi representada pela chefe de Gabinete da Defensoria-Geral, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias.

Pela DPMG estiveram presentes também a defensora pública Carolina Morishita Mota Ferreira e o defensor Antônio Lopes de Carvalho Filho, ambos em atuação no Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise.

Entre 5 e 12 de novembro, os moradores desses 26 municípios poderão votar em temas e subtemas relacionados às propostas de projetos apresentadas pelas comunidades atingidas, pelas prefeituras e, ainda, as já incluídas no Termo Judicial de Reparação. Ao todo, foram recebidas 3.114 propostas.

Em sua fala, a chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Costa Dias, ressaltou o legado que será deixado para a população mineira. “Temos a oportunidade de dar uma resposta concreta. Localidades pobres que não tinham condições vão conseguir realizar estas obras relacionadas à saúde, mobilidade urbana, segurança”, disse.



[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensora pública de Minas aborda direitos dos atingidos por rompimento de barragens durante audiência na Câmara dos Deputados

[PÁGINA 4](#)

DPMG participa de campanha de arrecadação na celebração do V Dia Mundial dos Pobres

[PÁGINA 6](#)

Expediente e atendimentos presenciais e remotos na DPMG

Veja aqui os canais de atendimento e as Resoluções Conjuntas 002, 006 e 007/2021

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Mundo oficial [PÁGINA 2](#)
- > Ações em destaque [PÁGINAS 3, 4, 5 e 6](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁGINAS 7 e 8](#)

MUNDO OFICIAL

Defensor-geral se reúne com advogado-geral do Estado e subsecretário de Transporte e Mobilidade

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, se reuniu nesta terça-feira (19/10) com o advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro; o subsecretário de Transporte e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Gabriel Fajardo; e o procurador do Estado, Wallace Santos.

O encontro aconteceu no gabinete da Defensoria-Geral. Na ocasião foram tratados temas de interesse das instituições. Participaram também da reunião a chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; o coordenador do Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, defensor público

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Antônio Lopes de Carvalho; e a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, defensora pública Michelle Mascarenhas.

Subdefensor-geral participa da 55ª Reunião Ordinária do Condege em SP



O subdefensor-geral de Minas Gerais, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, participou nesta quinta-feira (21/10) da 55ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege).

O encontro foi realizado na sede Defensoria Pública de São Paulo, em formato híbrido, com participação presencial de 24 das Defensorias-Gerais, das Associações Nacional e Paulista das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep e Apadep, respectivamente), da Corregedoria-Geral e da Ouvidoria-Geral da Defensoria de SP.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria Pública participa de solenidade de entrega da Medalha do IPSM

O defensor público Luís Ernesto da Silva Soares, em atuação na área de Família e Sucessões da Capital, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na solenidade de outorga da Medalha Coronel Manoel Soares do Couto.

O evento aconteceu nesta terça-feira (19/10), na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

A solenidade marcou a comemoração de 110 anos do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM) e o Dia do Pensionista.



Defensor público Luís Ernesto (esquerda) e o diretor-geral do IPSM, Vinícius Rodrigues, presentes na solenidade. Foto: Arúquia Silva / UMMG

MUNDO OFICIAL

DPMG e Instituto DH realizam curso de capacitação e proteção à criança e ao adolescente

A Defensoria Pública de Minas Gerais, em parceria com o Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania, realizou nesta semana a capacitação em proteção a crianças e adolescentes.

As palestras abordaram temas de proteção à criança e ao adolescente, o combate a letalidade infanto-juvenil, estatuto da criança e do adolescente, entre outros assuntos. O curso foi ministrado no auditório da Sede I da DPMG, em Belo Horizonte.

Além de defensoras e defensores da Defensoria de Minas, e do Instituto DH, o curso contou com a parceria da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social em BH (Sedese); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e



do Adolescente (CMDCA); Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); e representantes da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública participa de audiência na Câmara Municipal de BH para debater a incidência de homicídios contra população negra

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), participou na segunda-feira (18/10) de audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH).



Defensora pública Ana Cláudia Storch durante a audiência pública.
Foto: Cláudio Rabelo/CMBH

O encontro, além de tratar do encarceramento de jovens negros, debateu o assassinato desses jovens pelas forças policiais e a necessidade urgente de implementação de políticas públicas voltadas para as comunidades periféricas, com ênfase para a educação, cultura e emprego.

A audiência foi requerida pela presidente da Comissão Especial de Estudo sobre Empregabilidade, Violência e Homicídio de Jovens Negros, vereadora Iza Lourença, que destacou a importância da criação de espaços de debate e de produção de dados estatísticos específicos sobre a comunidade negra em Belo Horizonte.

“Temos que pensar como o Estado produz esses dados”, destacou a parlamentar, explicando aos participantes que a comissão tem recebido várias denúncias de violência policial contra jovens negros.

[Leia a matéria na íntegra](#)

PUBLICAÇÕES

Disponível a 8ª edição do ‘Drops dos Tribunais’, do Núcleo de Atuação em Brasília

O Núcleo de Atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais junto aos Tribunais Superiores lançou a 8ª edição de 2021 do boletim informativo “Drops dos Tribunais”. A publicação de outubro traz dez decisões relevantes do STJ sobre a Lei Maria da Penha.

[Clique aqui para ler](#)



NA MÍDIA

Portal da Cidade

Defensoria Pública de Minas Gerais participa de campanha de arrecadação na celebração do V Dia Mundial dos Pobres

[Leia a matéria na íntegra](#)

Para mais notícias da DPMG [CLIQUE AQUI](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG participa de audiência pública para debater a falta de água em comunidades quilombolas do Norte e Nordeste de Minas

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou, na segunda-feira (18/10), da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A reunião foi realizada para debater a omissão do poder público em garantir o abastecimento de água, ameaçando inviabilizar e destruir comunidades quilombolas do Norte e Nordeste de Minas.

Ana Cláudia Storch lembrou que, há anos, a Defensoria Pública acompanha a situação das comunidades quilombolas em todo o estado.



A defensora pública Ana Cláudia Storch afirmou que privatizar antes da universalização do direito é penalizar ainda mais as comunidades tradicionais – Crédito: Reprodução de vídeo

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensora pública de Minas aborda direitos dos atingidos por rompimento de barragens durante audiência na Câmara dos Deputados

A defensora pública Carolina Morishita, em atuação no Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), participou de audiência promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no âmbito do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal (RPU).

O encontro aconteceu na quarta-feira (20/10) e teve como tema o rompimento das barragens no país, os esforços para punir os responsáveis e garantir que as vítimas das tragédias tenham respeitados o seu direito de acesso à justiça e as compensações e reparações pelos danos.

A RPU é um mecanismo no qual os 193 países membros da ONU se avaliam mutuamente e fazem recomendações com o objetivo de melhorar a situação dos direitos humanos. A audiência pública foi a 19ª realizada no âmbito do Observatório



Parlamentar da RPU, uma parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas.

Ao abordar as tragédias em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, Carolina Morishita destacou a atuação da DPMG pela reparação dos atingidos e a importância do assessoramento independente às vítimas.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Portal ConJur publica artigo de defensora pública sobre o papel da Defensoria Pública no enfrentamento ao estado de exceção e à criminalização da pobreza

O portal Consultor Jurídico (ConJur) publicou nesta terça-feira (19/10) o artigo “Defensoria e o enfrentamento ao estado de exceção e à criminalização da pobreza”, de autoria da defensora pública Renata Martins de Souza, em atuação na Defensoria Pública em João Monlevade.

Analisando o recente caso da prisão da mulher em situação de rua, que teria roubado para saciar a fome, a defensora pública aborda o papel constitucional da Defensoria Pública de identificar e combater situações de opressão e violação de direitos humanos em todo país.

[Clique para ler o artigo](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas garante parto seguro e intervenção cirúrgica de bebê com problema cardíaco grave

A atuação diligente da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) durante o plantão do feriado de 12 de outubro possibilitou que o pequeno Gabriel, portador de cardiopatia fetal de alta complexidade, tivesse um parto seguro e com a assistência médica necessária para o seu caso.

No dia 11, sua mãe, a assistida E.C.A., procurou a Defensoria Pública em Belo Horizonte, narrando que estava grávida, e o feto possuía problema cardíaco grave, sendo muito provável que, ao nascer, o bebê precisaria passar por cirurgia imediatamente.

O problema é que os dois únicos hospitais conveniados para parto da rede Promed, plano de saúde do qual a assistida é cliente, não tinham condição para a realização do parto que, conforme relatório médico, deveria ocorrer em “hospital de alta complexidade, com serviço de cirurgia cardíaca”.

A mãe buscava que o parto fosse feito em um hospital capacitado. O laudo médico apontou os três hospitais em Belo Horizonte que seriam capazes de realizar o complicado parto.

[Leia a matéria na íntegra](#)
[Clique aqui para ler a decisão](#)



A mãe E.C.A. e o bebê após o parto bem-sucedido: “Agradeço muito a ajuda de vocês. Sem isso não teríamos conseguido o atendimento que ele precisava ao nascer”

Defensoria Pública se reúne com representantes da PBH para debater o uso de pistas de skate por menores de 12 anos

Os defensores públicos Eduardo Cavaliere Pinheiro e Marcos Lourenço Capanema de Almeida, ambos em atuação na Defensoria Pública em Contagem, se reuniram com o presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, Sérgio Augusto Domingues, e com o consultor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, Paulo Lamac.

O encontro aconteceu com o objetivo de debater possível alteração na legislação que proíbe a utilização,



Na foto, tirada na sede da Fundação, situada no Jardim Zoológico da Capital, da esquerda para a direita: Paulo Lamac, Marcos Lourenço, Sérgio Augusto e Eduardo Cavaliere

por menores de 12 anos, das pistas de skate dos parques municipais de Belo Horizonte.

Eduardo Cavaliere explicou que a demanda partiu de um skatista de oito anos, que foi impedido de praticar o esporte em um parque público, mesmo com a autorização dos pais, em razão da idade.

De acordo com ele, do ponto de vista prático a questão foi resolvida e os monitores estão permitindo o uso dos equipamentos por crianças menores de 12 anos, mediante autorização dos pais ou responsáveis. “No entanto, ainda é necessário fazer um ajuste normativo para que esta permissão configure no decreto que regulamenta os parques de Belo Horizonte”, completa o defensor público.

“Nossa proposta é que o município autorize o uso das pistas de skate pelos menores de 12 anos, mediante a autorização, por escrito, dos pais ou responsáveis e que este documento fique arquivado no sistema da Prefeitura. Desta forma, sempre que for feito o agendamento, já constará o consentimento”, explica Eduardo Cavaliere.

[Leia a matéria na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG participa de campanha de arrecadação na celebração do V Dia Mundial dos Pobres

“Sempre tereis pobres entre vós” é o tema da edição de 2021 em parceria com o Vicariato Episcopal. Doações podem ser feitas a partir do dia 18 de outubro nas unidades da DPMG em BH

Pelo quinto ano consecutivo, a Defensoria Pública de Minas Gerais é parceira do Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política na celebração do “Dia Mundial dos Pobres”.

A data foi instituída pelo Papa Francisco para sensibilizar as pessoas quanto à importância de se partilhar todas as formas de solidariedade com os pobres.

Em 2021, o tema é “Sempre tereis pobres entre vós” (MC 14,7). Para este ano, o Papa Francisco propõe uma abordagem diferente da pobreza, com uma atenção

particular para com os pobres, reconhecendo as múltiplas e demasiadas formas de desordem moral e social que sempre geram novas formas de pobreza. “É um convite a não perder jamais de vista a oportunidade que se nos oferece para fazer o bem”.

Doações

Para esta edição, a Defensoria Pública realizará, do dia 18 de outubro a 5 de novembro, uma campanha de arrecadação de roupas, calçados, alimentos, cestas básicas e produtos de higiene.

Os bens serão destinados à distribuição para a população de rua e famílias em situação de miserabilidade, que procuram o apoio da Arquidiocese.



As doações poderão ser entregues, de 9 às 17 horas, nas unidades da Defensoria Pública de BH

UNIDADE I: Rua dos Guajajaras, 1.707 – Barro Preto

UNIDADE II: Rua Bernardo Guimarães, 2.731 – Santo Agostinho

UNIDADE III: Rua Araguari, 210 – Barro Preto

UNIDADE BRUMADINHO: Rua Oligisto, nº 197 – Ipiranga

UNIDADE CONTAGEM: Av. João de Deus Costa, nº 338 – Centro

UNIDADE BETIM: Av. Governador Valadares, nº 199 / 5º, 6º e 7º andares – Centro

UNIDADE PEDRO LEOPOLDO: Rua Benedito Valadares, nº 188 – 6º andar – Centro

UNIDADE CONFINS: Rua São José, 264 – Centro

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

CONSELHO SUPERIOR

Apresentação dos candidatos a Membros do Conselho Superior da DPMG - Biênio 2021-2023

[Clique aqui para ver os candidatos](#)

DEFENSORIA-GERAL

Defensoria-Geral abre consultas para cooperação voluntária e temporária

Estão abertas consultas para interessados em cooperar voluntariamente, sem prejuízo de atribuições em diversas áreas e comarcas, conforme as resoluções abaixo:

Mutirão do Júri em Belo Horizonte

[Resolução nº 359/2021](#)

Defensoria Pública da Mulher Vítima de Violência, na elaboração de iniciais e atendimento

[Resolução nº 360/2021](#)

Defensoria Cível em Matias Barbosa, exclusivamente nas demandas de Família, litigiosas e Central de Conciliação

[Resolução nº 361/2021](#)

Defensoria dos Juizados Especiais em Barbacena, exclusivamente nas demandas que envolvem saúde

[Resolução nº 362/2021](#)

Defensoria Cível em Além Paraíba

[Resolução nº 363/2021](#)

Sessões plenárias no Tribunal do Júri em Ipatinga

[Resolução nº 367/2021](#)

Sessões plenárias no Tribunal do júri em Vespasiano

[Resolução nº 368/2021](#)

Sessões plenárias no Tribunal do Júri em Januária

[Resolução nº 369/2021](#)

Defensoria Criminal em João Monlevade, nos processos e audiências remotas de atribuição da Defensoria Pública da Criança e do Adolescente – Ato Infracional

[Resolução nº 372/2021](#)

Defensoria dos Juizados – Juizado Especial da Fazenda Pública

[Resolução nº 373/2021](#)

Tribunal do Júri em Conceição do Mato Dentro

[Resolução nº 374/2021](#)

Defensoria Especializada em 2ª Instância e Tribunais Superiores – Criminal

[Resolução nº 375/2021](#)

Defensoria Cível em Caxambu, nas áreas Cível, Família, Jesp Cível

[Resolução nº 376/2021](#)

Defensoria Cível em Visconde do Rio Branco, nas demandas que envolvem saúde

[Resolução nº 377/2021](#)

CÂMARA DE ESTUDOS

Informativo sobre a Lei do Superendividamento

Encontra-se disponível no GERAIS informativo produzido pelas Câmaras de Estudos, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (CDI).

Com linguagem simples e direta, esta edição traz informações sobre a Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/21), que alterou o CDC e o Estatuto do Idoso.

[Clique aqui para ler](#)

COMUNICADO SGPSO

Resolução Conjunta dispõe sobre comprovação documental de vacinação contra a Covid-19

Encontra-se disponível no GERAIS a Resolução Conjunta DPG/CGDPMG nº 008/2021, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 19/10/2021, e que dispõe sobre a necessidade de comprovação documental de vacinação contra a Covid-19.

A resolução recomenda às membras, membros, servidoras, servidores, estagiárias, estagiários e demais colaboradoras e colaboradores que se submetam à vacinação.

[Resolução nº 008/2021](#)

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

COOPROC

Memorando da CooproC sobre Termo de Confidencialidade para servidores (as) e estagiários (as) cedidos

Formalização é necessária devido à LGPD. Modelos dos Termos estão disponíveis no Memorando Memorando Circular nº 08/2021 da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) orienta sobre a necessidade de assinatura de Termo de Confidencialidade pelas servidoras, servidores, estagiárias e estagiários cedidos.

Em função da entrada em vigor da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), as unidades da DPMG que tiverem parcerias com outros órgãos ou instituições para cessão de servidoras/servidores ou estagiárias/estagiários, deverão colher a assinatura, no Termo de Confidencialidade, de todos os profissionais cedidos.

Os Termos de Confidencialidade assinados deverão ser encaminhados para o e-mail projetos@defensoria.mg.def.br. Os modelos dos Termos - para servidores e para estagiários – estão disponíveis no Memorando.

[Clique para ler o Memorando Circular nº 08/2021](#)

COMUNICADO DPA

Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado - DPA comunica atraso no envio de mercadorias

Em virtude da paralisação dos tanqueiros (caminhoneiros que transportam combustível), que se prolonga nesta sexta-feira (22/10), sem previsão de término, informamos que o prazo para entrega/recolhimento de pedidos realizados a DPA poderá sofrer atrasos temporários.

Caso tenha alguma dúvida referente ao seu pedido, entre em contato conosco por meio do e-mail: dpa@defensoria.mg.def.br



ÚLTIMOS DIAS PARA ABERTURA DE CONTA NO BANCO ITAÚ
PRAZO FINAL: 29/10

Outras informações:
gerais.defensoria.mg.def.br

Lei Geral de Proteção de Dados na Defensoria

Em vigor, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) tem como objetivo a proteção de dados relativos a qualquer pessoa física que se encontre no território brasileiro, com impacto em nosso dia a dia.

Para informar e promover a conscientização sobre a LGPD e sua aplicação, uma série de *cards* de apresentação e dicas estão sendo divulgados periodicamente em canais internos da DPMG, como estes abaixo:



OS DADOS PERTENCEM AO INDIVÍDUO OU À INSTITUIÇÃO QUE CONTROLA OU OPERA ESSES DADOS ? **Direitos do Titular (Parte 1)**

A lei deixa claro que os dados pertencem ao indivíduo:

Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da LGPD.



EM QUE SITUAÇÕES OS DADOS PODEM SER CONSERVADOS APÓS O TÉRMINO DE SEU TRATAMENTO ?

- Em casos de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador
- Em estudo por órgão de pesquisa, garantida sempre que possível a anonimização dos dados pessoais
- No caso de transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD
- Para uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados

O cidadão confia seus dados à Defensoria. Não deixe informações nas mãos de terceiros.

